



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA



Revista do
DIREITO PÚBLICO



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

REITOR

Profa. Dra. Berenice Quinzani Jordão

VICE-REITOR

Prof. Dr. Ludoviko Carnasciali

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Pró-Reitor: Prof. Dr. Amauri Alcindo Alfier

Diretora de Pós-Graduação: Prof^ª Dr^a Maria Helena Pelegrinelli Fúngaro

Diretor de Pesquisa: Prof. Dr. Fábio de Oliveira Pitta

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS

Diretor: Prof. Azenil Staviski

Vice-Diretor: Prof. Carlos Cogo Milanez

Chefe do Departamento de Direito Privado: Profa. Ms. Marília Salerno

Chefe do Departamento de Direito Público: Prof. Dr. Marcos Antonio Striquer Soares

DEPARTAMENTO DE DIREITO PÚBLICO

Coordenador: Prof. Dr. Miguel Etinger de Araújo Junior

Vice-Coordenadora: Ana Cláudia Corrêa Zuin Mattos Amaral

Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da
Universidade Estadual de Londrina.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Revista do Direito Público / Universidade Estadual de Londrina.
Centro de Estudos Sociais Aplicados. Departamento de Direito
Público. Programa de Pós-Graduação em Direito Negocial. –
Londrina : UEL, 2005-.
v. ; 29 cm.

Quadrimestral.

Descrição baseada em: v. 1, n. 1, jan./abr. (2005).

ISSN: 1980-511X. (on-line)

1. Direito Público – Periódicos. I. Universidade Estadual de Londrina.
Centro de Estudos Sociais Aplicados. Departamento de Direito Público.
Programa de Pós-Graduação em Direito Negocial.

CDU 342

Esta revista não assume a responsabilidade das ideias emitidas nos diversos artigos, cabendo-as exclusivamente aos autores. / É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta revista desde que seja citada a fonte.

Indexada em: LivRe (Brasil), Doaj (Suécia), Latindex (México), SHERPA RoMEO (Inglaterra), Portal de Periódicos CAPES (Brasil), WorldCat (EUA), TULIPS-Linker (Japão), Aladin (EUA), New Jour (EUA), BASE(Alemanha).

Disponível nos catálogos digitais das bibliotecas: HKU Librarie (Hong Kong), Charles University (Rep. Checa), Gorky St. Petersburg State University (Rússia), Hebrew University of Jerusalem (Israel), Miami University Libraries (EUA), Yale University (EUA), Universidad Nacional Autónoma de México(Máxico), Universidade do Porto(Portugal), University of Tsukuba (Japão).



Revista do
DIREITO PÚBLICO

ISSN 1980551-X

MESTRADO EM DIREITO
NEGOCIAL

DEPARTAMENTO DE
DIREITO PÚBLICO



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA



ISSN 1980-511X (eletrônico)

Revista do Direito Público da UEL
Volume 11, número 1, janeiro/abril de 2016

EDITORES RESPONSÁVEIS / EDITORS

Dr^a. Marlene Kempfer
Universidade Estadual de Londrina (UEL/PR)
Eduardo Diniz Neto
Universidade Estadual de Londrina (UEL/PR)

CONSELHO EDITORIAL / EDITORIAL BOARD

Eduardo Reale Ferrari - Universidade de São Paulo (USP/SP)
Francisco Emilio Baleotti - Universidade Estadual de Londrina (UEL/PR)
Irene Patrícia Nohara - Faculdade de Direito do Sul de Minas (FDSM/MG)
Maria Auxiliadora Minahim - Universidade Federal da Bahia (UFBA/BA)
Tânia Lobo Muniz - Universidade Estadual de Londrina (UEL/PR)
Thais Bernardes Maganhini - Universidade Federal de Rondônia (UNIR/RO)
Wilson Engelmann - Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS/RS)

PARECERISTAS AD HOC / REVIEWERS

Carla Izolda Fiuza Costa Marshall - Universidade Gama Filho
Carlos Alberto Pereira das Neves Bolonha - Universidade Federal do Rio de Janeiro
Carlos Henrique Ramos - Centro Universitário Serra dos Órgãos
Carlos Mauricio Lociks de Araújo
Claudia Aguiar Silva Britto - Universidade Estácio de Sá
Daiane Moura de Aguiar - Escola Superior da Procuradoria do Estado de São Paulo
Dionis Mauri Penning Blank
Eleonora Mesquita Ceia - Fundação Konrad Adenauer
Eriberto Francisco Bevilaqua Marin - Universidade Federal de Goiás
Guilherme Camargo Massau - Universidade Federal de Pelotas
Henrique Morgado Casseb - Centro Universitário do Norte Paulista
Lier Pires Ferreira - Universidade Candido Mendes
Lourival José de Oliveira - Universidade Estadual de Londrina
Luciane Martins de Araújo - Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Luís Flávio Neto - Universidade São Judas Tadeu
Marcelo Pereira de Almeida - Universidade Estácio de Sá
Mônica Paraguassu Correia da Silva - Universidade Federal Fluminense
Nelia Edna Miranda Batisti - Universidade Estadual de Londrina
Nelson Finotti Silva - Escola Paulista da Magistratura
Rui Decio Martins - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Sérgio Sérgio Tibiriça Amaral - Faculdades Integradas Antônio Eufrásio de Toledo
Sérgio Urquhart de Cademartori - Professor Titular do Centro Universitário La Salle - Canoas
Stefânia Eugenia Francesca Margherita Barichello - School of Advanced Study - University of London
Telma Divina Nogueira Rodrigues - Universidade de Rio Verde
Thais Amoroso Paschoal Lunardi - Universidade Positivo
Thais Bernardes Maganhini - Universidade Federal de Rondônia
Wilson Engelmann - Universidade do Vale do Rio dos Sinos

ASSESSORIA TÉCNICA

Universidade Estadual de Londrina (UEL/PR)

Ana Paula Silveira Ledo, Eliane Maria da Silva Jovanovich, Gabriela Sayuri Sinzato, Heliane Miyuki Miazaki, Ianara Cardoso de Lima, Luís Otávio Yazawa Gueretta, Laudicena Ribeiro, Pedro Henrique Garcia Macedo, Philippe Antônio Azedo Monteiro, Rafael Duarte de Salvi, Vitor Gabriel Garnica

Sumário | Contents

Editorial	7
Sigilo telefônico: entre proteção deficiente e eficiente	9
PHONE RECORDS: BETWEEN PROTECTION DEFICIENT AND EFFICIENT Diego Prezzi Santos e José Mattos do Amaral	
Meio ambiente de trabalho sustentável na construção civil: a interface risco e direito a saúde	41
ENVIRONMENT OF SUSTAINABLE JOB IN CONSTRUCTION: THE INTERFACE RISK AND RIGHT TO HEALTH Nilton Cesar Flores e Daniele Regina Terribile	
Análise crítica da aplicação do termo de compromisso como instrumento regulatório do mercado de capitais	61
CRITICAL APPRAISAL OF THE APPLICATION OF THE CONSENT DECREE AS A REGULATORY INSTRUMENT OF CAPITAL MARKET Vinicius Figueiredo Chaves e Abel Rafael Soares	
O cartório digital na sociedade da informação	85
THE DIGITAL NOTARY IN THE INFORMATION SOCIETY Henrique dos Santos Andrade e Marco Antonio Barbosa	
Análise do Instrumento Público Licitatório à luz dos Princípios Constitucionais da Cf/88: um debate sobre as Leis 8.666/1993 e 12.462/2011	113
ANALYSIS TOOL PUBLIC BIDDING THE LIGHT OF CONSTITUTIONAL PRINCIPLES OF CF/88: A DEBATE ON THE LAWS 8.666/1993 AND 12.462/2011 Cícero Júnior Siqueira dos Santos, Marcos José de Oliveira Lima Filho e João Adolfo Ribeiro Bandeira	
O Décimo Aniversário da Emenda 45 e a Posição Hierárquica dos Tratados de Direitos Humanos	137
THE TENTH ANNIVERSARY OF THE 45 AMENDMENT AND HIERARCHICAL POSITION OF HUMAN RIGHTS TREATIES Caíque Tomaz Leite da Silva e Carlos Eduardo Sindona de Oliveira	

O Instituto da Repercussão Geral no Recurso Extraordinário e o Novo Código De Processo Civil 163

THE INSTITUTE OF GENERAL REPERCUSSION THE EXTRAORDINARY APPEAL AND NEW CIVIL PROCESS CODE

João Luiz Martins Esteves e Lucas Ferreira Santana

A construção da consciência ambiental e a importância das Organizações Internacionais no enfrentamento das questões ambientais globais 183

THE CONSTRUCTION OF ENVIRONMENTAL AWARENESS AND THE IMPORTANCE OF INTERNATIONAL ORGANIZATIONS TO FACE GLOBAL ENVIRONMENTAL ISSUES

Gláucia Cardoso Teixeira Torres e Tânia Lobo Muniz

Responsabilidade Civil Ambiental no Direito Constitucional Brasileiro: uma análise da evolução histórica 205

ENVIRONMENTAL LIABILITY IN CONSTITUTIONAL LAW BRAZILIAN:

AN ANALYSIS OF THE HISTORICAL EVOLUTION

Larissa Gabrielle Braga e Silva e Élcio Nacur Rezende

Kelsen e a Teoria da Interpretação Humpty Dumpty 227

KELSEN AND THE THEORY OF INTERPRETATION HUMPTY DUMPTY

Samuel Moreira Gouveia

RESENHAS / REVIEWS

Constituição de 1988 e Ordem Econômica Brasileira 241

1988 CONSTITUTION AND ECONOMIC ORDER BRAZILIAN

Isadora de Souza Fonseca

Intervenção do Estado na Economia através da Lei Anticorrupção 12.846/2013 245

STATE INTERVENTION IN THE ECONOMY THROUGH LAW ANTI-CORRUPTION NO.

12,846 / 2013

Natália Martins de Abreu

Editorial

Iniciamos o ano de 2016 com a nossa Revista do Direito Público da UEL convictos de que este espaço acadêmico pode contribuir para aprofundar estudos sobre relevantes temáticas do Direito Público. Neste sentido, neste primeiro número, destacamos a participação de autores dos Estados Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Ceará, Pernambuco, Minas Gerais, Rio Grande do Norte e Paraíba, além de um artigo oriundo de autor da Université Paris Ouest em cotutela com a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Os autores se dedicaram para escrever sobre:

Direitos Humanos e sua correlação com o Direito Constitucional interno e Internacional, expondo uma análise histórica, que abarca desde a introdução da emenda constitucional nº 45/2004 até a atualidade, a respeito da legitimidade hierárquica dos Tratados Internacionais que versam sobre Direitos Humanos alçados ao nível de Emendas Constitucionais quando aprovados por quórum qualificado.

Direito Constitucional e Processual, em que os autores discorrem a respeito do sigilo telefônico e dos requisitos para sua quebra, com destaque para a garantia do acesso material à justiça de que dispõe o acusado, sem prescindir do acesso formal que legitima a interceptação telefônica. Relacionam o instituto com o direito fundamental à intimidade e à vida privada, comparando o tratamento nas Constituições Federais do Brasil e Portugal.

Direito Ambiental, com a apresentação de dois artigos. O primeiro apresenta reflexões acerca da progressiva acuidade do pensamento ambiental e sua influência crescente no campo dos debates a nível internacional; apresenta panorama que demonstra a influência da globalização no meio ambiente e na interação com os sistemas de produção; e, argumentos que comprovam o refinamento dessa consciência ao longo do tempo, com destaque para o protagonismo alcançado pelas organizações internacionais na defesa e debate de questões ambientais em âmbito global. O segundo artigo aprofunda o tema da responsabilidade civil ambiental e sua relação com o Direito Constitucional brasileiro em face da CF/88; traça um quadro de evolução histórica da responsabilização ambiental, tanto individual como coletiva; propõe a construção de uma sistemática de direitos para sobrevivência digna do ser humano que abarque também o elemento ambiental, além dos tradicionais que podem compor o conceito de dignidade; com estes paradigmas será possível construir interpretações em face de um Estado de Direito Socioambiental.

Direito do Trabalho, a fim de construir correlação entre os direitos constitucionais da saúde, prevenção de riscos no ambiente de trabalho e sustentabilidade necessária à integridade dos trabalhadores. Com esse enfoque, o recorte foi dirigido para casos de exposição do trabalhador à radiação na construção civil. O texto propõe políticas públicas que incentivem as empresas a assegurarem sustentabilidade trabalhista aos empregados e, por meio de normas sancionatórias, coíbam condutas que infrinjam normas de saúde e segurança no ambiente laboral.

Direito Econômico e sua relação com o Direito Administrativo em que o autor defende o uso contido e racional do instrumento Termo de Compromisso, especificado no §5º do art. 11 da lei 6.385/76, diante de infrações às leis mobiliárias. Por meio dele o infrator se obriga, dentre outros quesitos, a indenizar quaisquer prejuízos que sua conduta tenha causado. Expõe sobre a eficácia desse termo como instrumento regulatório do mercado de capitais e explora os riscos da perda de sua finalidade quando aplicado de forma abusiva.

Direito Administrativo, com um debate sobre as licitações (Lei 8.666/93) e o Regime Diferenciado de Contratações Públicas- RDP (Lei 12.462/11) em face dos princípios constitucionais aplicáveis às compras, obras e serviços públicos. Aponta o autor semelhanças e diferenças entre os dois processos administrativos, com destaque à análise crítica feita ao RDP.

Direito Civil e Processual Civil ocasião em que o autor discorre sobre a informatização do processo no enfoque de registros públicos, chaves de autenticação, assinatura digital, dentre outros mecanismos. Elabora painel comparativo crítico com a legislação aplicável diante da modernização da conectividade notarial e de seu impacto nos cartórios e no dia a dia documental e jurídico.

Direito Processual Civil, para tecer ponderações sobre o instituto da Repercussão Geral e seu papel como requisito indispensável à admissão de Recurso Extraordinário, bem como pressupostos necessários à configuração desse instituto em uma peça recursal e o tratamento dispensado no Novo Código de Processo Civil.

E, por fim, Teoria Geral do Direito, em que o autor apresenta relação entre a demanda causada pelo modelo clássico piramidal de Kelsen e a resposta insatisfatória frente à nova definição de conceitos interpretativos da linguagem jurídica, na medida em que traça um paralelo com a proposta de redimensionamento da compreensão teórica com base nos estudos de Michel Troper.

Terminar este volume para deixar estes artigos a disposição dos leitores é uma árdua tarefa. Esta somente é possível quando realizada com a contribuição de muitas pessoas. Destacamos e agradecemos a dedicação dos autores e coautores, dos qualificados pareceristas, dos bolsistas de iniciação científica, mestrandos do Programa do Mestrado da UEL e profissionais da biblioteca da UEL que trabalham na revisão e diagramação.

Este volume contém selecionados artigos, no nível de exigência de revista Qualis B2, e é apresentado com uma nova capa fruto da criação e dedicação do aluno Rafael Salvi do Curso de Design da UEL e que deixa o nosso periódico muito bonito: parabéns a todos e muito obrigada!

Convidamos para que nos prestigiem com a leitura e compartilhem os conteúdos, pois, assim, formaremos uma grande rede para trocar experiências do conhecimento.

Profª Drª Marlene Kempfer

Como citar: SANTOS, Diego Prezzi. AMARAL, Antonio José Mattos do. **Sigilo Telefônico nas Constituições de Brasil e Portugal: Análise do Tratamento da Medida na Lei e na Jurisprudência e o Limite entre Proteção Deficiente e Eficiente.** Revista do Direito Público. Londrina, v.11, n.1, p.9-40, jan/abr.2016. DOI: 10.5433/1980-511X.2016v11n1p9. ISSN: 1980-511X.

Sigilo telefônico: entre proteção deficiente e eficiente

PHONE RECORDS: BETWEEN PROTECTION DEFICIENT AND EFFICIENT

* Diego Prezzi Santos

** José Mattos do Amaral

Resumo: o presente estudo busca analisar os requisitos de interceptações telefônicas no Brasil e em Portugal, pautando a análise em normas constitucionais e normas infraconstitucionais. A análise passa pela compreensão dos direitos vinculados à intimidade da pessoa e a vida privada e da possibilidade que tem o investigado, alvo da quebra de sigilo telefônico através de interceptação telefônica, de ter garantido o acesso material à justiça, tendo, para tanto, respeitados estes direitos. Fora verificado o conceito de acesso à ordem jurídica justa (material) e também o acesso formal para que fosse possível a compreensão e apresentação dos resultados obtidos junto aos tribunais brasileiros e aos tribunais portugueses.

Palavra-chave: Intimidade. Direitos Fundamentais. Sigilo Telefônico. Comparative Law. Direito Português.

Abstract: The present study aims to analyze the requirements of the wiretapping Brazil and Portugal, basing the analysis on constitutional norms and standards infra. The analysis involves the understanding of rights linked to personal intimacy and privacy and the possibility that it has investigated the target of disclosure of telephone records through telephone interception, having secured the material access to justice, and, therefore, these respected rights. Checked out the concept of access to fair legal system (material) and also the formal access to make possible the understanding and presentation of the results obtained from the Brazilian courts and the Portuguese courts.

Keywords: Intimacy. Fundamental Rights. Telephone Confidentiality. Comparative Law. Law Portuguese.

* Doutorando em Direito pela Faculdade Autônoma de São Paulo (FADISP). Mestre em Direito pelo programa de mestrado em ciências Jurídicas do Centro Universitário de Maringá (CESUMAR). E-mail: diegoprezzi@yahoo.com.br

** Advogado criminal. Professor em nível de graduação e pós-graduação nas regiões sul, sudeste e centro-oeste. Doutorando em Direito. E-mail: ajma.adv@gmail.com